

REDES SOCIAIS DIGITAIS, NOVO CENARIO DE PODER

Renata Nasser Serradourada¹

Ana Cevelyn León Rincón²

Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Geografia
Brasília, Brasil

RESUMO

Cada vez mais presentes na vida cotidiana de milhares de pessoas, as redes, tem ajudado na construção de uma identidade coletiva que busca manifestar o descontentamento frente algumas questões políticas. O uso e ocupação dos espaços públicos através de mobilizações sociais é consequência das manifestações iniciadas nas mídias sociais digitais, buscando cada vez mais redemocratizar espaços e a participação da sociedade nas tomadas de decisões, neste contexto o presente artigo tem o intuito de discutir o papel das redes sociais digitais na sociedade contemporânea, como instrumento que possibilita a disputa e distribuição do poder.

Palavras Chave: *Redes Sociais Digitais, Poder, Mobilização Social, Território, Identidade.*

RESUMEN

Cada vez más presente en la vida cotidiana de millares de personas, las redes sociales han aportado en la construcción de una identidad colectiva y su búsqueda por manifestar el descontento, frente a algunas cuestiones políticas. El uso e ocupación de espacios públicos a través de movilizaciones sociales es consecuencia de las manifestaciones iniciadas en los medios sociales digitales, buscando cada vez más la redemocratización de espacios y la participación de la sociedad en la toma de decisiones, en este contexto el presente artículo tiene por objetivo discutir el papel de las redes sociales en la sociedad contemporánea, como instrumento que posibilita la disputa e distribución de poder.

Palabras Clave: *Redes Sociales Digitales, Poder, Mobilización Social, Territorio, Identidad.*

¹ Graduação em Turismo, incompleta na Geografia, Especialista na Educação Ambiental e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, pesquisadora do Institut de Recherche Pour Le Développement (IRD). Email rserradourad@gmail.com

² Engenheira de Recursos Hídricos e Gestão Ambiental, Especialista em Ordenamento e Gestão Integral de Bacias Hidrográficas, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, com experiência profissional em processos de planejamento ambiental participativo. Email: anacevelyn@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A comunicação é algo inerente á vida humana, ela surge junto com a necessidade de se expressar, de se comunicar, a busca pela expansão de possibilidades de comunicação, pela disseminação de informação, pela necessidade de se relacionar com o próximo levou as sociedades humanas a promover inovações tecnológicas que tornassem possíveis esses anseios, dentro de tais invenções pode se citar o telégrafo (século XVIII) e o telefone (século XIX). Na primeira metade do século XX, por sua vez, temos o *boom* da propagação da informação, com a invenção do rádio e da TV, e para a década de sessenta o desenvolvimento da internet, iniciada de forma efetiva nos Estados Unidos para auxílio na proteção de informações durante a Guerra Fria, ao respeito é importante sinalar que países como o Brasil tiveram acesso a esta tecnologia com baixa acessibilidade somente na década de oitenta, tendo a sua disseminação acelerada na década de noventa.

As redes sociais digitais além de proporcionarem interação em escalas globais e locais, atravessando fronteiras imateriais, começam a ser usadas como sendo um mecanismo de poder, ou de disputa de poder. Para Castells (2000), a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Para esse autor a sociedade foi se consolidando em rede na esfera pública planetária, e começou a expressar a autenticidade desse potencial em um grande modelo para a consolidação de soluções compartilhadas diante de questões complexas, a partir da interação multiétnica, multinacional e multicultural.

Há diferentes maneiras dos cidadãos utilizarem as novas tecnologias em suas rotinas diárias, seja como canal de diversão e entretenimento, como meios de informação permanente ou como alavancas operacionais no campo da pesquisa científica. Além disso, vale destacar o papel desses espaços no fomento de organização da sociedade civil, através de espaços de interação da sociedade que viraram pontos de encontro para manifestações e protestos ou cenários de disputa de poder, entre outros. A experiência do “ciberativismo” sinaliza algo de novo no contexto da tecnologia e vida social, pois adverte como é possível nos instalarmos no interior dos “sistemas fechados” e contribuir para uma estratégia de comunicação compartilhada e colaborativa.

Desarte, este trabalho tem como objetivo investigar o papel das redes sociais como instrumento e espaço de intervenção e mobilização da sociedade civil no que diz respeito à relações e distribuição de poder e ocupação do território. Hoje sabe-se a importância de tais ferramentas tem no caráter político, econômico e cultural, onde grande parte da população mundial tem acesso a internet e acabam por reconfigurar o mapa das relações onde as idéias e informação se movem e algumas fronteiras se tornam fluidas.

Sociedade em Rede, Identidade e Territórios.

A grosso modo, entende-se por rede social uma estrutura social composta por pessoas ou organizações conectadas por um ou vários tipos de relações, que se reconhecem partilhando objetivos, interesses ou visões de mundo comuns, de forma que são criadas identidades entre os internautas que acabam por estabelecer uma ligação social nesse território imaterial. A capacidade de interação com elementos cada vez mais globais faz com que o indivíduo perceba a possibilidade de criar uma série de estilos e opções de vida, construindo sua identidade em termos de sua interação dialética com o global. Castells, ao falar da construção social da identidade, refere-se a "identidade de projeto" quando "os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade" (Castells, 1999: 24). "A "identidade de projeto" está relacionada à construção de projetos de vida por prolongamentos da identidade e experiências do indivíduo, que dão espaço ao surgimento de novos sujeitos - que formam o *ator social coletivo*" (Castells, 1999: 26).

Um olhar geográfico para essas novas formas de organização social nos faz pensar que vivemos em tempos de mudança e que essas mudanças de algum modo, tem a ver com as redes sociais e compreender essa novas formas é compreender a dinâmica dos territórios no tempo presente. A geografia analisa e discute essas redes inscritas no território, já que é no território que a ação em rede (e das redes) praticada por membros da sociedade ganha caráter local e efetivamente se mostra como elemento organizador das ações e da vida no território, criando novas hierarquias e posições, garantindo uma nova integração social e fluidez das informações. Temos por entendimento que território não se reduz a sua dimensão material ou concreto, é também "um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais" (Raffestin, 1993), que se projetam no espaço. Nesse contexto a pergunta básica de nossa reflexão é: de que maneira as relações estabelecidas por meio das redes sociais digitais e materializadas no território, refletem na distribuição de poder?

Para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática, afim de, analisar e discutir a inserção das redes sociais digitais em movimentos com caráter de manifestações políticas em alguns lugares do mundo, na tentativa de compreender como essas redes podem contribuir para a distribuição de poder e o uso e ocupação do território.

É certo, que o nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos de 1960 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo (CASTELLS, 1999).

O que novo nas organizações sócias nos dias atuais é o fato de serem de base microeletrônica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes sociais digitais. As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projeto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objetivo definido por uma autoridade central (CASTELLS, 1999).

As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. E podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua *performance* ao longo de uma rede de componentes autônomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões. Na verdade, a sociedade em rede manifesta-se de diversas formas, conforme a cultura, as instituições e a trajetória histórica de cada sociedade. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia.

Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Porém, como as redes são seletivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente, comunicar e não comunicar, a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De fato, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afetada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social.

Nos primeiros anos do século XXI, a sociedade em rede não é a sociedade emergente da Era da Informação: ela já configura o núcleo das nossas sociedades. Esta sociedade, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 1999).

Uma característica central da sociedade em rede é a transformação da área da comunicação, incluindo as mídias. A comunicação constitui o espaço público, ou seja, o espaço cognitivo em que as mentes das pessoas recebem informação e formam os seus pontos de vista através do processamento de sinais da sociedade no seu conjunto. Por outras palavras, enquanto a comunicação interpessoal é uma relação privada, formada pelos atores da interação, os sistemas de comunicação mediáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores coletivos de informação, mesmo quando a informação final é processada por cada indivíduo de acordo com as suas próprias características pessoais. É por isso que a estrutura e a dinâmica da comunicação social é essencial na formação da consciência e da opinião, e a base do processo de decisão política.

As pessoas, os atores sociais, as empresas, os políticos, não têm que fazer nada para atingir ou desenvolver a sociedade em rede. Nós estamos na sociedade em rede, apesar de nem todos, nem todas as coisas estarem incluídas nas redes. Assim, do ponto de vista político, a questão-chave é como proceder para maximizar as hipóteses de cumprir os projetos individuais e coletivos expressos pelas necessidades sociais e pelos valores, em novas condições estruturais.

Assim, é importante pensar como os sujeitos sociais se organizam e se representam no mundo contemporâneo, frente às novas tecnologias de informação e comunicação, com a convergência das mídias, com o surgimento de uma cultura digital. Esse novo mundo conectado em tempo real está abrindo canais de expressão e mostrando seu potencial de catalisador para mudanças sociais. Os blogs, os microblogs e, mais recentemente, as redes sociais digitais, se popularizam cada vez mais, abrindo canais de informação, mostrando o potencial do meio como reverberador de tendências, impactando milhares de pessoas, que com seus posts passam a estimular outras milhares, expondo o poder transformacional que a internet tem.

Segundo, Castells *“Redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expressão penetrante em toda a estrutura social (1999, p. 497)”*.

Nesta sociedade globalizada a informação circula quase que instantaneamente, não importa a distância. É “a democracia cibercultural” conceito explicado por Trivinho (2007), que designa a fase do capitalismo atual articulado pela velocidade dos meios de comunicação e tecnologia digital. É o processo de *glocalização da existência humana*, em que a palavra global vem uma junção de global com local, mas não significa meramente o indivíduo globalizado em seu local (TRIVINHO, 2007). O fenômeno glocal surge com o advento das telecomunicações - se inicia com o telégrafo e só aumenta com as novas tecnologias do virtual. É uma “comunicação instrumental à distância, isto é aquela que é mediada por máquinas” (TRIVINHO, 2007, p. 15).

Desarte, ao tratarmos do atual momento das redes sociais não devemos desconsiderar o impacto da globalização na organização, valores e objetivos nos espaços ocupados pelas redes sociais locais. A marca da globalização foi a do intensivo processo de aceleração contemporânea que impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias. Pela primeira vez na história, o homem se encontra mundialmente imerso num único sistema técnico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política, superpondo-se aos sistemas precedentes (SANTOS, 1994). O espaço é considerado como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem ao mesmo tempo materialidade e ação humana. É importante ressaltar que não são apenas os objetos que estão mundializados; as relações sociais estariam submetidas às imposições do denominado *meio técnico – científico- informacional*, impondo ao mundo um novo sistema de natureza. A unicidade da técnica criou as condições para

existência de uma comunidade mundial, levando à unificação do espaço e também do tempo em termos globais. Os suportes das redes encontram-se agora, parcialmente no território, nas forças naturais dominadas pelo homem (o espectro eletromagnético) e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contida nos objetos técnicos, por exemplo, o computador.

Nos territórios ocorre a luta entre as diferentes temporizações dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos ou hegemonzados. O tempo dos hegemônicos seria o tempo das grandes organizações e o tempo do Estado. Para Milton Santos (1994), o conflito entre as diferentes temporalizações é que garantiria a multiplicidade de usos cotidianos dos espaços. As redes sociais digitais se apresentam enquanto possibilidade de organização das posições dos atores e instituições nas sociedades e economias. Neste sentido, é possível afirmar que a relevância social está condicionada pela ausência ou presença de determinado ator em redes específicas

As identidades comunitárias locais ou regionais são cada vez mais constituídas pelo estabelecimento de laços transnacionais que rompem com as barreiras territoriais. Mesmo regiões "isoladas" geograficamente encontram-se sob a influência de processos culturais e instâncias de decisão, de poder, de organização econômica, financeira e comunicacional provenientes de outros lugares do planeta. A interdependência transnacional não significa, entretanto, que os territórios, cidades ou regiões não tenham importância na constituição das identidades. Um dos principais efeitos desse processo encontra-se na geração de crises em tradicionais identidades locais e regionais, e também na desconfiança frente às estruturas que se pretendiam excessivamente homogêneas e compactas (CARRANO, 2000).

Aquilo que se convencionou denominar como o processo de *desterritorialização* da identidade (CANCLINI, 1998) se evidencia pela existência de estruturas de composição cultural que se originam em diferentes realidades territoriais. Essa verdadeira montagem multicultural dos sujeitos é produtora de identidades múltiplas, tanto do ponto de vista territorial como naquilo que se refere aos símbolos lingüísticos. As culturas são fronteiras não apenas nos limites geográficos de países e territórios, evidenciando que experiências de *multiculturalidade*, montagem e relações culturais são fronteiriças e compartilham sentidos em todas as classes sociais.

Se o discurso da desterritorialização serve, antes de mais nada, àqueles que pregam a destruição de todo tipo de barreira espacial, ele claramente legitima a fluidez global dos circuitos do capital, especialmente do

capital financeiro, num mundo em que o ideal a ser alcançado seria o desaparecimento do Estado, delegando todo poder às forças do mercado.

Falar não simplesmente em desterritorialização mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade. Inspiramo-nos aqui no “sentido global de lugar” proposto por Doreen Massey (2008). Criticando as visões mais reacionárias que veem o lugar apenas como um espaço estável, de fronteiras bem delimitadas e identidades fixas, um pouco como nos territórios-zona aqui comentados, a autora propõe uma visão “progressista” de lugar, “não fechado e defensivo”, voltado para fora e adaptado a nossa era de compressão de tempo-espaço.

Numa visão mais tradicional, o lugar, como o território e o próprio espaço, era associado à homogeneidade, ao imobilismo e à reação, frente à multiplicidade, ao movimento e ao progresso ligados ao “tempo”. Uma consciência global do lugar, defendida por Massey (2008), embora não possa ser vista como boa ou má em si mesma, é a evidência de que hoje não temos mais espaços fechados e identidades homogêneas e “autênticas”. Nossas vidas estão impregnadas com influências provenientes de inúmeros outros espaços e escalas. A própria “singularidade” dos lugares (e dos territórios) advém, sobretudo, de uma específica combinação de influências diversas, que podem ser provenientes das mais diversas partes do mundo (HAESBAERT, 2004).

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: de trabalhar com a multiplicidade de nossos territórios. Os movimentos anti-globalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é uma perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhedora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2004). O mais importante a destacar na experiência multiterritorial é o fato de que não se trata simplesmente, da imbricação ou da justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinaados, mantêm sua individualidade numa espécie de “todo” como produto ou somatório de suas partes. A efetiva

multiterritorialidade seria uma experiência profundamente inovadora a partir da compressão espaço-temporal que ela permite (HAESBAERT, 2004).

A realização da multiterritorialidade contemporânea fica evidente, envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes, como já vimos, são por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla). A partir daí se desenham também diferenciações dentro da própria dinâmica de “multiterritorialização” (HAESBERT, 2004).

Nesse contexto, a interação por meio das redes sociais digitais, refletem na dinâmica territorial e sobretudo na ressignificação do conceito de território, numa perspectiva geográfica, através das identidades que vão sendo construídas nos espaços digitais. Este trabalho se propõe a refletir sobre as manifestações coletivas que une sociedade civil de diferentes culturas em prol de um objetivo, mostrando a importância desses movimentos nas disputas e distribuição do poder e de poder.

Uma nova forma de poder?

O poder, palavra rebelde segundo Raffestin (1993), já que não só apresenta em suas interpretações ambiguidades, sem não que além ainda em nosso tempo continua produzindo efeitos intimidadores, para o autor pode ser definido com uma maiúscula retomando a Foucault, quando “resume a história de nossa equiparação a um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado”, postulando assim a soberania do Estado, e com minúscula como nome comum quando faz referencia a aquele que habita “todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”, se convertendo em uma ameaça contra as estruturas tradicionais de poder.

Igualmente para Castells (2009) o poder é um processo de relacionamento fundamental de uma sociedade definida ao redor de valores e instituições, não é uma coisa, não é um ente desencarnado, nem um atributo, sem não que se cria entre as pessoas e as instituições geradas por elas mesmas, o qual tem duas formas que podem se misturar: Uma de coação, que obriga legal o ilegalmente e outra de influencia, que influi nos pensamento, determinando o que fazemos. As relações de poder estão enquadradas na dominação, a qual esta embutida nas instituições que a mesma sociedade cria. Neste conceito aparece o termo atores, o qual se refere á variedade de sujeitos presentes (atores individuais, coletivos,

organizações, instituições, networks, etc), entre os quais se estabelecem as relações de poder, aos quais têm entre outras a característica de serem recíprocas, já que nelas sempre se soma a influencia de um ator sobre outro, de tal forma que não existe um poder absoluto, sem não que este se encontra dividido em diferentes formas de poder.

Para Castells (2009, p. 11) *“When resistance and rejection become significantly stronger than compliance and acceptance, power relationships are transformed: the terms of the relationship change, the powerful lose power, and ultimately there is a process of institutional change or structural change, depending on the extent of the transformation of power relationships”*.

Neste sentido, a geopolítica clássica nos mostra que o poder esteve por muitos anos centralizados nas mãos do Estado, o qual através da dominação dos meios de comunicação e informação teve o controle sobre as sociedades. No mundo atual, com a alta velocidade da informação proporcionada pela expansão da tecnologia e a grande ligação entre as nações dada sobre tudo pelas TIC (tecnologias da informação e a comunicação), fizeram que a internet, e em especial as redes sociais recebessem fundamental importância na redistribuição do poder se tornando em ferramentas de alto valor para a propagação de ideais e disputa de poder, mesmo tendo a articulação inicial no território imaterial das redes, as manifestações acontecem em espaços públicos, onde territórios são ocupados.

Ao analisar os efeitos da revolução digital na distribuição de poder assim, como bem afirmou Castells (1999 *apud* MORAES, BODRUK e LOPES, 2011, n.d.), “os detentores do poder na sociedade são aqueles que dominam e controlam o conhecimento e a informação”. Trata-se da “revolução da informação”, da qual fala Harvey (2004), que tendo modificado todas as formas de relações sociais então conhecidas, constituíram o que Castells chama de “sociedade em rede”, e que Santos (1994) define como “meio técnico-científico-informacional” ou a face geográfica da globalização.

Neste sentido, é a apropriação da técnica que irá determinar seu direcionamento: O objeto em si mesmo é vazio, sua potencia reside no uso, e o uso é motivado por uma intencionalidade. O que determina a qualidade das ações é o uso dos objetos, o que significa que um mesmo objeto pode servir para fins ou intencionalidades diversas, dependendo das formas de seu uso (SANTOS, 2006; 2008). Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade, portanto, a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses de quem a utiliza.

Os progressos técnicos facilitam a os atores políticos sua globalização, assim como também a de atores coletivos sociais (os ciberativistas), incorporando o que as novas tecnologias de informação e comunicação melhor lhes oferecem, de forma a compensar a desigual distribuição de recursos de poder, converteram a rede num espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores da sociedade civil, que conseguem contornar a desigualdade de recursos para ampliar alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes.

A questão da participação popular ganha bastante ênfase tal com o cita a abordagem da cientista política Carole Pateman (1992), isso reflete o pensamento de Rousseau sobre a importância da participação tanto no melhor funcionamento das instituições públicas, quanto na formação psicológica dos indivíduos, que acabam por criar um vínculo de responsabilidade para com esse bom funcionamento institucional. Essa necessidade de o povo finalmente ganhar uma “voz” perante o seu governo foi o que impulsionou tamanha comoção nas mídias sociais, que contagiou a todos e levou às recentes manifestações, o que a sua vez no campo político, abre espaço para conhecer a situação e o estado dos ativistas, pois:

Estamos em meio a uma revolução, mas não se trata da mesma revolução. O que as une é um sentimento comum de descontentamento e a existência de forças comuns mobilizáveis - uma classe média modernizadora, particularmente, uma classe média jovem e estudantil e, é claro, a tecnologia, que hoje em dia torna muito mais fácil organizar protestos (PERNAS, 2012).

Nesse contexto, as redes sociais digitais podem potencialmente passar a ser de vital importância para atenuar os problemas da sub-representação política e de desagregação social. Desempenhando um papel fundamental no processo de interconexão entre indivíduos e grupos de ação coletiva que se encontram territorialmente dispersos, uma vez que tal como o cita Eisenberg (1999, p.9) é capaz de expandir as redes de interação social para fora das “unidades políticas territorialmente definidas pela organização do Estado moderno”

As plataformas virtuais e especificamente as redes sociais são então um facilitador e agregador de ideais e propósitos que viabilizam as pessoas comuns a se organizarem de forma coesa e participativa como exercício de poder no qual cada indivíduo emerge como um elemento imprescindível, enquanto membro de uma comunidade, neste sentido a tendência é de ampliação e intensificação ainda mais na medida em que as políticas dos governos mundiais têm por objetivo a massificação do uso das novas tecnologias.

Há assim uma verdadeira revolução tecno-científica ocorrendo atualmente onde o papel das redes sociais se torna cada vez mais intenso e promissor. Essa revolução decerto está somente nos seus estágios iniciais, contudo suas consequências refletir-ão-se e estão refletindo com seu poder de forma ampla e intensa nas relações sociais, econômicas e políticas.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A crença de que tudo o que fosse publicado na internet poderia ser visto pelo mundo inteiro sustentou, por muito tempo, a hipótese de que a democratização da comunicação iria se consolidar, e que, portanto, todo indivíduo teria a possibilidade de ser ouvido. Embora essa crença tivesse, na realidade, muitas condicionantes, o surgimento da Web 2.0 contribuiu para a democracia através do uso da Internet, potencializando essa capacidade. Segundo Doimo et al (2007), a Internet se relaciona aos processos democráticos por possibilitar a) o voto eletrônico; b) a exposição, difusão e troca de ideias, pública e informalmente, entre indivíduos ou no interior de pequenos grupos e redes de participação; e c) a apresentação de demandas e interesses concernente ao ativismo político *online*.

Neste sentido a Internet gerou mudanças na maneira como a sociedade se organiza – e as redes sociais potencializaram ao extremo as possibilidades de mobilização social. O conceito de interatividade ficou esvaziado diante da “horizontalização do processo de constituição da mídia que, ao contrário da chamada mídia de massa, distribuiu o poder de distribuição da mensagem” (Recuero, 2011, p. 84). Hoje, mais do que participação, mais do que interatividade, o que se observa é o envolvimento que, conforme assinala Santos (1994), “[...] está marcado por novos signos como: [...] a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática”.

As redes sociais criaram novas possibilidades e, para além das simples conexões sociais, elas têm se mostrado poderosas ferramentas de organização política da sociedade. É nesse sentido, que as redes globais de computação podem ter a capacidade – como tiveram todas as inovações tecnológicas voltadas para a circulação do conhecimento – “de contribuir para o ‘surgimento’ de novos espaços de representação, os quais significariam o mero prolongamento de uma trajetória há muito em curso nas diferentes partes do mundo” (RONDOLPH, 2007, p. 134).

Assim, segundo Scherer – Warren (2007, p. 42), na sociedade da informação as redes, “teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa”. Elas desempenhariam um papel estratégico, como elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos. Portanto, as redes como estratégia de comunicação e de empoderamento da sociedade civil são “as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas”.

Neste sentido é importante sinalar que a própria construção da cidadania, hoje, se dá sob (e sobre) alguma plataforma tecnológica. São os ciberativistas (ou webcitizens, ou netzens, ou outro termo semelhante) que estabelecem novas fronteiras da participação política. Através de um computador conectado à rede rapidamente agregam adeptos à causa que defendem. De acordo com Barreto (2011), essas mídias são grandes facilitadoras uma vez que sincronizam diferentes grupos espalhados num mesmo país ou no mundo, facilitam a coordenação das ações e ajudam a documentar o que está acontecendo.

Com esse novo meio de comunicação massificado ao dispor de um número cada vez maior de pessoas ao redor do mundo, potencializa-se ainda mais a abrangência das mensagens emitidas por esses ciberativistas na *web*. Com isso, mesmos os grupos tradicionalmente ativos anteriormente ao advento da internet passam a usá-la, pois

“A acessibilidade de propor, organizar e coordenar ações, como sugerem Rheingold (2002) e Antoun (2004), têm favorecido a dinâmica de formação e ação dos movimentos ativistas. A possibilidade de auto-organização e a redução dos custos sociais em comunicar-se e sociabilizar-se – traços inerentes às redes sociais digitais –, conferem um caráter espontâneo e móvel aos engajamentos coletivos (ZAGO e JANDRÉ, 2010, p.4).”

Além disso, a impossibilidade de dissolução de movimentos baseados na rede (CASTELLS, 2003) auxilia que esses possam agir com maior força. E é assim, ainda segundo Castells, que o ativismo na *web* mostra seu verdadeiro potencial, na coordenação, comunicação, articulação e angariação de pessoas em prol de uma causa, e tornando esse capital social algo físico, real, somente dessa forma é possível que esses grupos obtenham êxito em suas reivindicações.

Finalmente, é importante destacar que não há novidade alguma no fato de um grupo de pessoas se reunir para reivindicar algo, lutar por uma causa, defender uma bandeira. Os descontentes com o *establishment* - fosse ele qual fosse - sempre existiram e sempre souberam da lógica do “unidos somos mais forte”. Então, o que há de novo nas mobilizações atuais? A novidade está na forma como isso vem acontecendo. Se antes a praça, o espaço público, era o palco de onde surgiam os grandes clamores sociais, hoje basta um computador para que se inicie uma “revolução”. A wikirrevolução, como disse Manuel Castells (s/d), demonstra “o papel crescente da informação nas condições atuais da vida econômica e social [...]” (SANTOS, 1994) e se torna um novo tipo de poder,

“a partir do momento em que as redes substituem ou complementam de certa forma comunidades e relacionamentos existentes materialmente, ganhando papel de relevância, no que concerne à criação de opinião, mobilização e outros fatores relevantes na constituição da sociedade, assim como consagradas instituições sociais como família, igreja. Além das noções de espaço físico e sociabilidade, elas também mudam a relação entre a sociedade civil e a política (CASTELLS - La wikirrevolución del jazmín – jornal La Vanguardia, Espanha (29/01/2011))”.

São muitos os exemplos do papel das redes sociais digitais na mobilização social, mas a continuação e dado o interesse do presente trabalho são apresentados só alguns casos nos quais as questões que dizem respeito à cidadania nas que as redes sociais têm agido mais intensamente a través de campanhas organizadas que acabaram representadas no território, representando uma interação entre o mundo virtual e real.

Primavera Árabe: O episódio que ficou conhecido como Primavera Árabe, apesar de várias nações ali em questão não fazerem parte do mundo árabe, chamou a atenção do mundo por ser a primeira grande onda de protestos de cunho laicista e democrático na região, no qual se evidenciou como as redes sociais digitais criaram novas possibilidades e novas conexões sociais, e seu papel como poderosas ferramentas de organização política da sociedade.

No caso da Primavera Árabe, ainda que não seja o primeiro (vide Revolução Verde, no Irã) é, sem dúvida o mais emblemático. A população dos países envolvidos no que caracterizou a Primavera Árabe saiu em massa às ruas exigindo mudanças estruturais na política, na sociedade, e na economia. Algo que seria impensável pouco tempo atrás (uma oposição organizada) surgiu espontaneamente através das redes sociais, os ciberguerreiros, como ficaram conhecidos os manifestantes, conseguiram catalisar o sentimento latente de insatisfação da sociedade depois de um caso isolado foi o estopim para o levante.

Em pouco tempo, o que parecia mais uma manifestação se transformou em uma onda de protestos na região, com resultados ainda não definidos.

Neste caso a fórmula para o sucesso das manifestações empregou duas redes sócias: pelo Twitter, os ciberativistas marcavam os locais de encontro e disseminavam informações sobre o evento. Em pontos estratégicos, alguns participantes faziam o papel de “olheiros” e avisavam sobre os locais onde poderiam enfrentar repressão. Conforme a manifestação ia acontecendo (geralmente passeatas ou aglomerações em praças públicas), era feita atualização em tempo real.

O Facebook era utilizado como plataforma de debates, antes e depois das manifestações. Também como suporte para fotos e vídeos. O Youtube também entrava em cena para armazenar os vídeos. Foi dali que saíram (e continuam saindo) muitas das imagens marcantes e flagrantes de repressão divulgadas na mídia tradicional, o que fez que em tempo real, textos, fotos e vídeos eram postados nos diferentes servidores, possibilitando ao mundo ter acesso aos acontecimentos e conhecer a real dimensão das manifestações. As redes sociais assumiram assim o papel de garantidores da liberdade de expressão, liberdade de informação e, até mesmo, da liberdade de imprensa.

As manifestações resultaram na derrubada de três chefes de Estado: o presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, (quem fugiu para a Arábia Saudita em 14 de janeiro (2011), na sequência dos protestos da Revolução de Jasmim); no Egito, o presidente Hosni Mubarak (quem, renunciou em 11 de Fevereiro de 2011, após 18 dias de protestos em massa, terminando seu mandato de 30 anos); e na Líbia, o presidente Muammar al-Gaddafi (quem foi assassinado)³.

Ficha Limpa: No Território Brasileiro a partir de a organização iniciada nas redes sociais, se cita o caso do movimento da Ficha Limpa. O projeto ficha limpa surgiu da iniciativa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que reuniu mais de 1,6 milhão de assinaturas de eleitores desde o lançamento da proposta, em setembro do ano de 2009. O projeto foi de iniciativa popular que virou lei.

³ Essas informações foram colhidas de diários e de alguns sites que abordaram o tema.

O projeto mobilizou as assinaturas pela internet, principalmente a través de *Twitter* e *Facebook*, a partir de manifestações com caráter de protesto contra as políticas de governo, para a lei ser aprovada o movimento tomou corpo, e o MCCE mobilizou pelas redes sociais mais de sessenta mil pessoas no dia 07/09/2011 para protestar nas ruas da capital federal, Brasília. Como mostra a fotografia.

O Povo nas ruas, protestando, foi decisivo, e o STF (Supremo Tribunal Federal) pressionado pelo apoio e clamor popular, cedeu a interesses escusos em detrimento ao interesse maior da sociedade civil, em decisões históricas para o Brasil, aprovou a constitucionalidade tanto das atribuições e validade do CNJ e do FICHA LIMPA, inclusive para as eleições deste ano (2012).

Neste caso as tecnologias de informação tem um papel crucial para os ativistas, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Os encontros nas redes para esse fim, não necessariamente estão isentos de conflito, porém para legitimar o movimento vão sendo criados códigos e valores capazes de unir os internautas em ponto comuns.

Marcha 4F – Um Milhão de vocês contra as FARC: Uma pessoa em Barranquilla - Colômbia abriu um grupo no Facebook o dia 4 de janeiro de 2008, um mês depois sua iniciativa tinha mobilizado 14 milhões de pessoas em 193 cidades no mundo⁴. O protesto surgiu contra as ações do grupo guerrilheiro FARC, como reação dos cidadãos frente a eventos de sequestro e violência na Colômbia.

A estratégia seguida para a convocatória á mobilização partiu do Facebook recebendo alianças com Google, Skype, Msn-Messenger e YouTube, além do apoio dos principais médios massivos de comunicação no país como El Tiempo, El Espectador, Caracol e RCN (os últimos através tanto da raio como da televisão).

Ao respeito se bem na Colômbia tinham se realizado outras marchas com mobilizações históricas, esta foi a primeira mobilização convocada através das redes sociais que gerou não só uma massiva mobilização no país, sem não que além mobilizou milhões pessoas a través do mundo, sua realização produz o reconhecimento do papel dos jovens contra a indiferença cidadã frente a fenômenos de violência,

⁴ Datos tomados dos arquivos de periódico El tiempo.

igualmente sua realização gero a intensificação de manifestações por parte dos diferentes grupos sociais, às quais ainda continuassem apresentando.

Inverno Chileno: As mobilizações estudantis acontecidas desde maio de 2006 são o exemplo de uso intensivo, multifacetico e prolongado das tecnológicas da informação e comunicação como ferramentas de mobilização social no Chile.

Dito movimento, pode ser descrito como um ciclo de mobilização cujo centro esta dado pelas demandas sócias de inconformidade contra o governo, dentro das quais reviste uma alta importância o sistema educativo chileno, o qual apresenta um modelo misto com alta participação do setor privado, questionado por iniquidade, segregação e baixa qualidade.

O movimento estudantil chileno tem inspirado o resurgimento dos movimentos estudantis não só em a America Latina senão no mundo, e tem logrado o mexer as políticas do governo na procura de uma educação de qualidade acessível a todos.

Este caso mostra a utilização por parte dos estudantes de redes sociais digitais especialmente Facebook e Twitter como médios de apoio na coordenação do movimento o qual com criatividade e campanhas diversas entre as que destacam “besatones” e danças massivas, vem manifestando seu desejo por uma melhor educação no Chile, chegando com sua mensagem a jovens do mundo inteiro.

CONCLUSÃO

A intensificação do uso das redes sociais digitais na sociedade contemporânea tem levantado inúmeros debates a respeito de suas potencialidades e capacidade de mudanças nas políticas de Estado e governamentais, onde membros da sociedade civil, acabam por fazer uso dessa tecnologia ora denunciando fatos e acontecimentos que desagradam, ora organizando movimentos por essas redes, com temas que levam em questão a justiça social e solidariedade, temas que remetem o desacordo entre as políticas existentes ou não e a vontade de mudança. Para tanto, vão sendo criadas identidades que ultrapassam a temporalidade e territorialidade, já que essas relações extrapolam as fronteiras que se tornam fluidas nas redes virtuais e os participantes nem sempre são compostos por membros de uma mesma cultura e o tempo estabelecido nessas articulações em rede acontecem em tempo real. A

identidade a ser criada surge junto com o movimento, e vão sendo criados símbolos, responsáveis pelo sentimento de pertencimento aquela ação coletiva e cada vez mais vai sendo agregado indivíduos que se sentem representados e representam as políticas colocadas em discussão nas redes.

As organizações em redes sociais tem um caráter autônomo (diante do mercado, Estado e partidos políticos), com forte expressão em questões de interesses sociais ancorados em valores de solidariedade e justiça social, como foi dito. As ações coletivas iniciadas na rede tem um papel de resistência em um mundo globalizado onde parte da população mundana se sente excluída das políticas econômicas e sociais que estão inseridas em uma lógica neoliberal, as resistências estão pautadas nas diferentes formas de opressão ou de dominação, sendo que o uso das redes sociais pode consolidar lutas por direitos coletivos e democráticos e com potencial de uma política emancipatória. Pode-se dizer que as redes sociais configuram-se enquanto uma experiência de representação da sociedade civil, podendo promover a eficiência de um mecanismo capaz de democratizar os espaços de discussões políticas, saindo do âmbito eleitoral, tendo assim um caráter informal.

Hoje muito mais do que informar, as redes sociais trabalham de forma a descentralizar o poder regido pelo Estado, pelas corporações e pela grande mídia. Esta ultima sempre teve um papel importante na historia. Também é uma ferramenta importante para os países denominados “autoritários”, que longe de terem uma comunicação democratizada, ainda tem a sua realidade representada pelos países ocidentais, que classificam o que acontece no oriente de acordo com o interesse individual de cada país dito democrático. A chamada grande mídia, é conhecida por noticiar somente noticias de interesses próprios, descompromissado com a “verdade” social, legitimando as ideias hegemônicas, invertendo ou ate mesmo manipulando os fatos reais.

Parte da população dos países ditos em desenvolvimento não tem acesso a internet, porém é afetado por essa tecnologia que leva a milhares de internautas a conhecer realidades distintas e por sua vez assumem responsabilidade com a qual. A liberdade de busca por informações na internet acaba democratizando os espaços, onde não está em jogo somente os processos de democratização de vida política e garantia de direitos fundamentais, mas também a questão de equilíbrio de poder no qual o conflito e o consenso são elementos de uma construção de uma sociedade democrática.

Na sociedade de hoje, as organizações sociais tem implícita a complexidade do mundo globalizado e as redes sociais fazem parte dessa nova perspectiva de mobilização política e social do mundo complexo. Seu caráter heterogêneo, que engloba diferentes camadas da sociedade civil vai mostrando a nova cara dos movimentos que lutam por um mundo mais humanizado, fazendo uso do território para materializar as ideias que começaram a ser discutidas no território imaterial. A dimensão geopolítica refere-se nesse caso à dinâmica política presente nesse tipo de ação social e coletiva, de como se dá esse agrupamento em relação a uma causa, quem são os integrantes desse agrupamento, como se relacionam entre si e o mais importante talvez seja a eficiência desses movimentos em redes sociais presentes nas diferentes escalas geográficas que propõem mudanças políticas sociais democráticas.

As mudanças existentes que são consequências do uso das redes sociais, começam a ficar evidentes, é perceptível no território material a (re) democratização dos espaços, onde a sociedade civil passa cada vez mais a ter sua participação nas decisões do governo.

As identidades criadas nesses espaços virtuais passam a se caracterizar no território, as manifestações são a prova real e material de que as redes de alguma forma unem as pessoas, de diferentes culturas. A Geopolítica de hoje, não pode ser analisada somente a partir do poder do Estado, ela tem que dar conta dessa complexidade de fatores que altera a realidade, Redefinindo o uso do território, já que esse ultrapassa a questão política- administrativa, e sua definição vai além da definição usada por tempos na geopolítica.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Fernando: Mobilização Social. In: Para entender as mídias sociais. Org. Brambilla, Ana. E-book, 2011.

CANCLINI, Nestor García. Culturas Híbridas. 2ª edição, Edusp São Paulo. 1998.

CARRANO, Paulo. Juventudes: as identidades são múltiplas, Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF. Rio de Janeiro. DPSA, Maio 2000.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Communication Power. Oxford University Press. 2009.

DAHL, Robert Alan. "Poliarquia". São Paulo: Edusp, 1997.

DOIMO, et al. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: a caso da DH NET. In: DIAS, L.C; SILVEIRA, R.L.L da (org). Redes, sociedade e territórios, 2 ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 107 – 129.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola: 2004.

LACOSTE Yves. A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra. Campinas: Papirus. 1993, PP. 257-253.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: por uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

PATEMAN, Carole. “Participação e teoria democrática”. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RANDOLPH, R. Tecnologias de informações e comunicação, redes de computadores e transformações socioespaciais contemporânea. In: DIAS, L.C; SILVEIRA, R.L.L da (org). Redes, sociedade e territórios, 2 ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 131 – 155.

RECUERO, Raquel: A nova revolução – as redes são as mensagens. In: Para entender as mídias sociais. Org. BRAMBILLA, Ana. E-book, 2011.

SANTOS, Milton, Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SCHERER – WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L.C; SILVEIRA, R.L.L da (org). Redes, sociedade e territórios, 2 ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 29 – 50.

TRIVINHO, Eugenio. A Democracia cibercultural:Logica da Vida Humanana Civilização Mediatica Avanzada. São Paulo: Paulus, 2007.

VIRILIO, Paul. “A bomba informática”. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ZAGO, Gabriela da Silva; BATISTA, Jandré Corrêa. Ativismo em Redes Sociais: Os fluxosde comunicação no caso #forasarney. Estudos em Comunicação. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/08/pdf/EC08-2010Dez-08.pdf>>. Acessado em 12 set. 2011.